

O EMPREGO DE FORÇAS TERRESTRES PÓS 2ª GUERRA MUNDIAL ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

*LAND WARFARE POST 2ND WORLD WAR
UNITED STATES OF AMERICA*

João Vasco da Gama de Barros

Major de Infantaria

Docente no IESM

Investigador Integrado no CISDI

Lisboa, Portugal

gamabarros@gmail.com

Resumo

Dado que o ser humano habita o meio terrestre é neste ambiente que, maioritariamente, as operações militares conduzem a resultados decisivos ao nível político, pelo que a análise da aplicação das forças terrestres torna-se incontornável no âmbito do emprego do Instrumento Militar e da Estratégia Total do Estado. Tendo como elemento central deste estudo a evolução do emprego das forças terrestres desde o final da 2ª Guerra Mundial, o presente texto centra-se na aplicação de forças terrestres por parte dos Estados Unidos, um dos herdeiros da Escola Continental, e uma das mais importantes referências para os restantes Instrumentos Militares.

O estudo apresentado centra-se em duas dimensões, o emprego da força, onde é analisado o balanceamento entre fogo e manobra, e a doutrina, onde se abordam os níveis da guerra e o tipo de abordagem às operações.

Palavras-chave: Forças Terrestres, Manobra, Fogo, Níveis da Guerra, Abordagem às Operações.

Como citar este artigo: Barros, J., 2015. O emprego de forças terrestres pós 2ª Guerra Mundial – Estados Unidos da América. *Revista de Ciências Militares*, novembro de 2015 III (1), pp. 159-180.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>

Abstract

Since the human being lives in the land environment, it is in this physical environment that the majority of the military operations lead to decisive political outcomes. This fact turns the employment of land forces an unavoidable subject when studying military action and state's grand strategy. The central element of the study is the evolution of land warfare since 2nd World War, focused on the United States campaigns, one of the main heirs of the Continental School and an unquestionable reference for others Armed Forces.

This paper reflects a study focus on two dimensions, force employment, where balance between fire and maneuver was analyzed, and doctrine, where the levels of war and the type of approach to operations were studied.

Keywords: *Ground Forces, Maneuver, Fire, Levels of War, Approach to Operations.*

Introdução

Em termos históricos, desde o início da idade contemporânea, o pensamento sobre a aplicação de forças terrestre tem como uma das suas referências a Escola Continental. Esta Escola de pensamento estratégico, para além da sua importância incontornável na área da Geopolítica, incorpora o conhecimento surgido na Europa sobre o modo de conduzir a guerra no meio terrestre, tendo moldado de forma decisiva o seu conceito moderno. Nesta componente de conhecimento autónomo, segundo Michael Evans (2004, p. 22), a Escola Continental nasce no início do século XIX e desenvolve-se durante cerca de um século e meio através de quatro grandes influências.

A primeira centra-se nas campanhas de Napoleão e a sua experiência sobre a batalha decisiva no modo de conduzir a guerra. O conceito de batalha decisiva assenta na capacidade para alcançar objetivos estratégicos determinados para uma campanha através de uma única vitória numa batalha, ou seja ao nível tático, através da aniquilação do Exército adversário. Este conceito é descrito pelo russo Isserson como a Estratégia de um único ponto, na qual grandes massas de forças se encontram numa batalha delimitada no espaço e no tempo e em que a vitória era conseguida através da manobra para um único ponto decisivo (Schneider *cit* Evans, 2004, p. 24). Nesta batalha, condensada no tempo e no espaço, apesar dos avanços tecnológicos em relação ao fogo, a vitória era atingida com preponderância da manobra, normalmente através de uma penetração ou envolvimento. Esta forma de emprego de forças dominará o resto do século XIX, inspirada em batalhas como Austerlitz ou Waterloo (Keegan *cit* Evans, 2004, p. 23).

Em relação aos níveis da guerra adotados, apesar de algumas teses em que Napoleão seria um dos percussores da introdução do nível operacional das operações, ditando o fim da batalha decisiva, consideramos que o Imperador francês encarnava o Deus *Janus*,

com uma face na Estratégia, através dos objetivos definidos, e outra diretamente na Tática, através da condução direta da batalha. No entanto, a introdução de novos conceitos contribuíram para, no futuro, se colocar em questão a exequibilidade da batalha decisiva. A legislação da *levée en masse* aumentou drasticamente o tamanho do Exército, colocando obstáculos à capacidade de comando direto do nível estratégico nos acontecimentos táticos, as batalhas. Como contraponto, com o conceito de Corpo de Exército, Napoleão introduziu uma unidade tática capaz de se deslocar e operar no Teatro de Operações de forma independente, mas que para o conceito de batalha decisiva e capacidade de comando presencial do nível estratégico, não deixa de ser mais um obstáculo. Estes novos conceitos, entre outras mudanças da era napoleónica, apontavam um novo carácter na forma clássica de conduzir a guerra no Ambiente Terrestre.

A segunda grande influência aparece com as obras de pensadores como Jomini e Clausewitz, que disseminaram os princípios da guerra no Ambiente Terrestre, inspirados na experiência napoleónica, por várias gerações de militares. Estes autores continuaram a enfatizar o conceito de batalha decisiva, continuando a ser a grande preocupação do nível estratégico a aniquilação do Exército adversário no ponto decisivo.

A terceira influência surge com o desenvolvimento do Estado-Maior Prussiano na segunda metade do século XIX. O grande marco não está no Estado-Maior em si, mas na forma como adaptou as campanhas Napoleónicas à era industrial, já que a revolução industrial do século XIX potenciou a erosão do modelo napoleónico de condução da guerra.

A industrialização dos meios de transporte, sobretudo através do comboio, e das comunicações, com a introdução do telégrafo, garantiu padrões de velocidade às forças terrestres, bem como dispersão espacial e temporal, até então inimagináveis. A mobilidade das forças para as deslocar para e dentro do Teatro de Operações passava a ser primordial. Para além da capacidade de transporte e de comando e controlo (C2), no nível tático, a introdução de nova tecnologia no armamento, aumentando a letalidade e favorecendo a defesa, veio, também, por em questão o conceito de batalha decisiva. A tecnologia iniciava uma mudança ao nível do emprego da força, começando a manobra a perder a sua primazia em relação ao fogo. No entanto «foi necessário um banho de sangue nos três primeiros anos da 1ª Guerra Mundial para expor o quanto a Escola Continental se tinha tornado arcaica quando comparada com a evolução da tecnologia e do carácter da guerra» (Evans, 2004, pp. 40 - 41).

A última influência surge com a ligação entre a Estratégia e a aplicação da força no nível tático, a Arte Operacional, desenvolvida na Europa, parcialmente na Alemanha e sobretudo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no período entre a 1ª Guerra Mundial e a 2ª Guerra Mundial.

Com as ofensivas alemãs e aliadas em 1918, no final da 1ª Guerra Mundial, iniciou-se a transformação da forma linear de conduzir a guerra, baseada na Infantaria, mas num campo de batalha dominado pelo fogo, para operações desenhadas em profundidade, envolvendo os diversos elementos das forças terrestres de forma sinérgica. Com o reconhecimento

de que a vitória ao nível estratégico não mais poderia ser obtida através da aniquilação do adversário numa única batalha, aliado a novos desenvolvimentos tecnológicos como a mecanização das forças e a telefonia sem fios, surge a Arte Operacional como forma de ligar o sucesso das batalhas aos fins ditados pela Estratégia, planeando e conduzindo campanhas.

A 2ª Guerra Mundial foi o laboratório da nova forma de conduzir a guerra no Ambiente Terrestre, passando o emprego das forças a privilegiar a manobra num campo de batalha já não dominado pelo fogo. Após 1945, com o colapso da Alemanha e França como potências militares, a herança e desenvolvimento da Escola Continental migrou, sobretudo, para as duas superpotências rivais, os Estados Unidos da América (EUA) e a URSS.

Após o final da Guerra Fria, o conceito de Instrumento Militar Terrestre passou a incorporar a utilização das forças terrestres num espectro de atividades mais abrangente que o combate. Embora operações como as de Apoio à Paz ou as Operações Humanitárias, entre outras, não sejam um novo conceito, a sua maior ocorrência no pós-Guerra Fria tem sido uma realidade. Este facto aumenta a complexidade do emprego de forças terrestres, já que o estado final pretendido para a sua atuação deixa de ser apenas a derrota das forças militares adversárias, passando a exigir a criação e manutenção de um ambiente seguro e estável que permita a outros instrumentos poderem intervir em busca de uma paz estável.

Considerando que apenas é possível conquistar e controlar território com forças terrestres e que o seu papel tem vindo a ser alargado ao estabelecimento de ambiente seguro e estável, facilitando a intervenção de instrumentos não militares, o estudo das forças terrestres torna-se essencial para a compreensão, do emprego do Instrumento Militar como um todo, bem como do seu papel na Estratégia Total dos Estados.

O estudo da forma de emprego de forças terrestres implica um foco nas forças terrestres, nas batalhas e campanhas. Este foco não quer, de forma alguma, afirmar que os fatores políticos, económicos, sociais ou culturais não sejam determinantes.

De acordo com Colin Gray (2008-2009, p. 18) para avançarmos na compreensão da Estratégia e do fenómeno da guerra é necessário teorizar com sustentação na História. É com base neste conceito que se enquadra o presente estudo. Para se compreender a forma de emprego de forças terrestres, na atualidade, há que entender o seu percurso passado. Entender a evolução da forma como as forças terrestres são empregues é uma das premissas para se planearem capacidades que deem resposta aos desafios atuais e futuros, permitindo a esta componente do Instrumento Militar ser realmente útil na resolução de conflitos.

No contexto deste estudo importa, ainda, referir que os atores, estatais ou não, não conduzem guerra aérea, marítima, terrestre, espacial ou cibernética, mas simplesmente guerra. Neste paradigma de aplicação da força seria irrealista, para o período em investigação, analisar as operações terrestres de forma isolada. Apesar de o estudo se centrar na aplicação de forças terrestres no Ambiente Terrestre, os efeitos produzidos pelas restantes componentes do Instrumento Militar neste ambiente físico são impossíveis de dissociar.

Tendo como elemento central de estudo a evolução das forças terrestres, procurando com uma metodologia indutiva um padrão para a mesma, efetuámos as seguintes delimitações para a investigação:

- Em termos temporais, analisar o período definido pelo fim da 2ª Guerra Mundial e a atualidade;
- Em termos de atores, centrar o estudo na aplicação de forças terrestres por parte dos EUA, um dos herdeiros da Escola Continental, e uma das mais importantes referências para os restantes Instrumentos Militares.

O texto está organizado em três capítulos. Os dois iniciais são enquadrantes do estudo efetuado, enquanto o último apresenta o resultado da investigação.

O primeiro capítulo expõe o enquadramento teórico do emprego de forças terrestres, pelo que inicia com a sua própria definição e das características do meio onde atuam, o Ambiente Terrestre. A interação entre o Ambiente Terrestre e o emprego das forças é também abordada, pois as características singulares deste meio físico influenciam marcadamente a aplicação da força.

Após delinear o enquadramento teórico do emprego de forças terrestres, impõe-se, para compreensão do estudo apresentado, explicitar o modelo de análise utilizado na observação da aplicação real das forças terrestres. Este modelo é detalhado no segundo capítulo, apresentando a definição de cada uma das dimensões e indicadores que o compõem.

No terceiro capítulo analisamos a evolução das forças terrestres dos EUA, desde o fim da 2ª Guerra Mundial até à atualidade.

Por último, apresentamos as conclusões do estudo.

1. Enquadramento Teórico

O Poder Terrestre é definido, no Exército português, como «a capacidade, através do emprego ou da ameaça de emprego de forças terrestres, para ganhar, manter e explorar o controlo sobre o terreno, os recursos e população» (Exército, 2012, p. 1-14). Esta capacidade pode atingir diretamente resultados decisivos, mas na maioria dos casos estabelece apenas o cenário que torna possível a atuação de instrumentos não militares com vista a atingir uma paz estável e duradoura. Como materialização desta capacidade, estabelece-se a necessidade de as forças terrestres poderem alcançar os seguintes fins:

- Impor a vontade sobre um adversário, recorrendo ao uso da força se for necessário (Exército, 2012, p. 1-14). Esta será porventura a competência básica dos Exércitos e a qual terá tido, ao longo da história, maior influência no desenho genético das forças.
- Estabelecer e manter um ambiente estável, criando condições para o desenvolvimento político e económico (Exército, 2012, p. 1-14). Nesta competência pede-se que sejam criadas e mantidas as condições de estabilidade, após o

estabelecimento de condições de segurança, para que os restantes instrumentos não militares possam intervir de forma a atingir a paz duradoura num determinado território ou região.

- Após a ocorrência de acontecimentos catastróficos, naturais ou provocados pelo homem, restaurar as infraestruturas e restabelecer os serviços básicos (Exército, 2012, p. 1-14). Esta atividade vai contribuir diretamente para o ambiente estável, ao garantir a satisfação das necessidades da população.
- Apoiar e garantir uma base a partir da qual a força conjunta poderá influenciar e dominar as dimensões marítima e aérea (Exército, 2012, p. 1-14). Nesta situação, as forças terrestres serão apenas um apoio à aplicação do Instrumento Militar em situações específicas que não requeiram a sua utilização de forma conjunta.

Com uma apresentação em termos de competências diferente, para Ruppert Smith a força aparece como um instrumento útil que pode ser empregue em diversas situações, servindo para:

- Melhorar uma situação através, por exemplo, do estabelecimento de um cordão sanitário, sanções, controlo de fronteiras, isolamento;
- Compelir comportamentos ou deter uma ou as partes em litígio;
- Desorganizar estruturas, como a neutralização de fontes de financiamento, de fluxos de material, de liberdade de circulação e a negação de santuários;
- Destruir ou impor uma situação (Exército, 2012, p. 1-14).

Apesar da diferente apresentação conseguimos, nesta segunda abordagem, uma identificação das três primeiras finalidades vigentes na doutrina do Exército, identificando-se desta forma a área de utilização das forças terrestres.

Sintetizando um possível conceito alargado de capacidades das forças terrestres, estas terão de derrotar um adversário no ambiente terrestre, seja num confronto com forças regulares ou perante uma ameaça assimétrica, ou mesmo híbrida. Para que seja atingida a finalidade de criar e manter um ambiente estável, principalmente através da segurança estabelecida, já que a estabilidade será atingida maioritariamente por instrumentos não militares, será necessária a capacidade de controlar terreno, mesmo que por longos períodos de tempo, e, talvez a tarefa mais difícil, garantir segurança à população.

Impõe-se, agora, caracterizar os fatores que influenciam o emprego de forças terrestres, com ênfase no seu ambiente físico de atuação, o Ambiente Terrestre, bem como identificar as características intrínsecas desse mesmo emprego. Este passo é essencial para se ter uma imagem holística do emprego de forças terrestres, antes da futura análise de casos de estudo.

Em relação ao Ambiente Terrestre, o Brigadeiro Richard Simpkin, (1985, pp. 57-58) em 1985, na obra *Race to the Swift*, caracterizava o ambiente físico de atuação das forças terrestres, o terreno, de forma a poder depois avançar para a descrição do fenómeno da guerra. R. Simpkin descreve o terreno como sendo o meio natural do ser humano o que, em simultâneo, o

transforma no meio mais complexo. Para R. Simpkin existem três características, diretamente influenciadas pelo ambiente físico, que distinguem as operações no meio terrestre:

- As operações terrestres preocupam-se, essencialmente, com a posse ou controlo de parcelas de terreno, incluindo a população que é parte integrante do mesmo. Este facto evidenciado por R. Simpkin está relacionado com a importância política do território para os atores estatais. Para os atores não-estatais o território é também de importância vital, não na dimensão física do terreno, mas em relação à população nele inserida, garante da sua liberdade de ação.
- No meio terrestre o homem pode escolher o seu grau de dependência das máquinas na forma de combater. Este facto torna possível, no Ambiente Terrestre, um ator menos tecnológico mitigar a sua desvantagem, recorrendo, por exemplo, a terrenos complexos como as áreas urbanas.
- O meio terrestre varia de forma complexa em relação à dimensão espaço. Esta variação referida por R. Simpkin, em relação à diversa tipologia de relevo, ao clima ou até à densidade populacional, implica que não se possa estabelecer uma relação direta entre unidade de dimensão territorial e volume de forças terrestres.

Christopher Tuck (2008, pp. 67-69), na obra *Understanding Modern Warfare*, apresenta quatro principais atributos do Ambiente Terrestre: a importância política, a variedade, a fricção e a opacidade, que podem ser considerados como uma excelente síntese do meio físico de atuação das forças terrestres.

Na importância política, refere que no meio terrestre, sendo o único habitado pelo homem, o controlo do território, apenas possível com forças terrestres, é de importância vital para os atores estatais. No nosso ponto de vista, dado que a população é o garante da liberdade de ação para quem atue de forma irregular, o controlo do território, não na sua dimensão física, mas em relação à população nele inserida, é também essencial para os atores não estatais.

A variedade representa a complexidade do ambiente terrestre, dado o impacto da tipologia de terreno, população e clima na condução das operações.

A fricção representa o atrito adicional do meio terrestre, em relação à já inerente fricção das operações militares, em áreas como o movimento e impacto no ser humano.

A opacidade descreve a capacidade do meio terrestre em oferecer cobertos e abrigos, os quais funcionam como redutores das capacidades tecnológicas dos fogos e obtenção de informação. A população, como parte do meio terrestre pode também ser usada como coberto e abrigo, complementando a opacidade do meio físico.

2. Modelo de Análise

Estudar a evolução da aplicação de forças terrestres desde o fim da 2ª Guerra Mundial implicou que a investigação partisse da análise de casos particulares. Para esta análise individualizada houve necessidade de criar um modelo de análise do emprego de forças

terrestres. Após uma pesquisa sobre o estado da arte nesta área, estabelecemos as dimensões que consideramos mais pertinentes em relação às características intrínsecas do emprego de forças terrestres, bem como a uma perspectiva de análise do ponto de vista da Escola Continental.

a. Emprego da força

No emprego de forças terrestres procura-se aplicar o seu potencial de combate para atingir um estado final pretendido. Os elementos do potencial de combate consistem em seis funções de combate, sincronizadas de forma sinérgica pela liderança e potenciadas pela informação (Exército, 2012, p. 2-22). Para o nosso modelo de análise selecionámos como indicador o balanceamento entre as funções de combate movimento e manobra¹ e fogos.

A manobra visa alcançar uma posição de vantagem em relação ao adversário. Para além do movimento, o fogo direto é-lhe um elemento inerente (Exército, 2012, p. 2-28). Adotámos, como conceito de fogos, o conjunto de tarefas e sistemas que garantem o emprego de fogos indiretos (terrestres, navais e aéreos) de uma forma coletiva e coordenada (Exército, 2012, p. 2-28). Como se depreende do conceito apresentado, os fogos têm de ser analisados numa perspectiva de apoio conjunto às forças terrestres, e não apenas no apoio dos seus meios orgânicos, ou seja não é possível nesta variável dissociar o apoio das componentes naval e aérea à sua congénere terrestre.

Segundo Robert Scales (2003, pp. 30-31), a evolução do emprego de forças terrestres, ao nível operacional, denota uma tendência para desenhar forças baseadas no domínio pelo poder de fogo que tem de ser jogada com a necessidade de forças de manobra suficientes para transformar em duradouros os efeitos produzidos pelo fogo.

O autor refere que a procura do balanceamento entre a manobra e o fogo é tão antiga como a própria guerra. Como o fogo não consegue manter a posse do terreno, Scales afirma que os seus efeitos são apenas transitórios. Por outro lado, a manobra proporciona a capacidade de uma parte estabelecer uma posição de vantagem em relação à outra. Uma força que manobra procura explorar a paralisia temporária do adversário, principalmente devido ao efeito dos fogos. Uma das partes considera-se que foi derrotada pela manobra quando é colocada numa situação de isolamento em que perde a capacidade de influenciar a batalha. Para Scales (2003, p. 46), este contendor fica perante duas alternativas, assumir a derrota ou enfrentar a possibilidade de aniquilação. A manobra e o fogo têm que ser orquestrados e aplicados de forma equilibrada para se obter o sucesso ao nível operacional. Ambos são necessários e complementares, mas em simultâneo têm competido pela primazia no campo de batalha.

b. Doutrina

Nos níveis da guerra, atualmente definidos como três, o estratégico, o operacional e o tático, pretendemos avaliar a evolução da sua adoção nas doutrinas dos dois atores em análise.

¹ Designada neste texto, por motivos de simplicidade, apenas como manobra.

Embora esta divisão em níveis da guerra não diga respeito singular às forças terrestres, a sua classificação mantém o seu sentido ao seu emprego, dentro do paradigma da atuação conjunta do Instrumento Militar.

O nível estratégico é o nível da guerra no qual as nações determinam os objetivos nacionais, ou multinacionais, e aplicam os seus instrumentos de poder, incluindo o militar (OTAN, 2013, p. 2-S12).

O nível operacional é o nível da guerra no qual as campanhas e operações de grande envergadura são planeadas, conduzidas e sustentadas para que se atinjam os objetivos estratégicos num Teatro de Operações (OTAN, 2013, p. 2-O3). O nível operacional liga a Tática e a Estratégia, ao estabelecer objetivos operacionais necessários para que se atinjam os objetivos estratégicos. As atividades neste nível têm implícita uma dimensão mais alargada de tempo e espaço que o nível tático, assegurando que o sucesso tático é explorado de forma a atingir os objetivos estratégicos (JCS, 2008, p. GL-22).

O nível tático é o nível da guerra no qual as batalhas e empenhamentos são planeados e executados para atingir os objetivos militares atribuídos às unidades táticas (OTAN, 2013, p. 2-T2).

O segundo indicador na área da doutrina é o tipo de abordagem à condução das operações, ou seja, uma aproximação *atricionista* ou *manoverista*.

Para definirmos cada uma das abordagens recorreremos, uma vez mais, a R. Simpkin (1985, pp. 19-23) e às suas definições de ambos os conceitos. Para este autor a abordagem *atricionista* é uma forma de combate que procura a vitória pela quantidade de baixas humanas e materiais causadas ao adversário. A abordagem *manoverista* é definida como a procura do oportunismo e da exploração dos erros forçados e não forçados do adversário, visando abalar a sua coesão como um sistema, pela aplicação de ações rápidas, focadas e com surpresa.

Para Robert Leohnhard (1991, pp. 19-20) a aplicação máxima de uma abordagem *manoverista* seria a preempção² da intenção adversária, neutralizando-a antes do combate. Quando a preempção não é possível, procura-se a deslocalização³, tornando irrelevante o forte do adversário. Em último caso, a abordagem *manoverista* visa a disrupção do centro de gravidade adversário, atacando as suas vulnerabilidades críticas com o forte das nossas forças. Resumindo a diferença entre as duas abordagens, a *manoverista* procura a paralisia, ou, em último caso, a destruição do adversário como um sistema, enquanto a *atricionista* procura a vitória através da destruição sistemática.

² Uma ação iniciada para contrariar uma ação adversária com base numa evidência incontornável de que esta é eminente (adaptação da definição de ataque preventivo) (JCS, 2009, p. 424). Na preempção explora-se uma oportunidade antes que o adversário o faça (Leohnhard, 1991, p. 62).

³ A deslocalização pode ser posicional ou funcional (Leohnhard, 1991, pp. 66-67). A deslocalização posicional torna a posição adversária irrelevante e força o adversário a escolher entre a neutralização de parte das suas forças e a destruição, devido aos seus esforços de reposicionamento para uma situação mais favorável (Degen, 2009, pp. 25 - 26). A deslocalização funcional visa mitigar uma superioridade adversária em termos de potencial de combate. Um exemplo deste mecanismo é a atuação de uma força tecnologicamente inferior em áreas urbanas e miscigenada com a população, visando tornar a aplicação da tecnologia do seu adversário menos eficaz ou mesmo irrelevante.

3. Evolução do Instrumento Militar Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial

a. Guerra Fria

O período da Guerra Fria teve dois palcos de atuação para as forças terrestres dos EUA. No Teatro de Operações europeu preparava-se, em conjunto com os seus aliados membros da OTAN, um confronto em larga escala com o bloco soviético. Paralelamente a este Teatro de Operações, os EUA envolveram-se em guerras limitadas que vão desde a Guerra da Coreia, com início em 1950, à intervenção no Panamá em 1989.

Na Guerra da Coreia, os EUA, liderando as forças da Organização das Nações Unidas (ONU), contaram com os fogos para alcançarem um potencial de combate esmagador (Degen, 2009, p.17). Esta abordagem, trocando manobra por fogos pretendia alcançar a vitória com o menor número de baixas possível. O pendor dos fogos, em relação à manobra, refletiu-se no desenho das unidades das forças terrestres para a campanha e na forma de combater ao nível tático. Com o desígnio de limitar ao máximo o número de baixas, foram feitos ajustes doutrinários com o intuito de aumentar o apoio de fogos disponível às forças de manobra e diminuir o seu grau de exposição ao combate próximo (Scales, 2003, p. 46). A alteração da organização das forças, aumentando a disponibilidade de apoio de fogos, reflete as opções ao nível do planeamento da campanha, enquanto a aversão ao combate próximo indica, ao nível tático, uma nítida opção na forma de combater que procura reduzir o risco de baixas.

Quando a frente estabilizou, as forças terrestres da ONU iniciaram uma fase de patrulhamento intenso em torno dos seus pontos fortes, com o objetivo de estabelecer o contacto com o adversário, fixá-lo e destruí-lo através do fogo indireto (Tuck, 2008, pp. 102-103). Esta forma de combater ao nível tático representa a já referida aversão ao combate próximo, potenciador do risco de baixas. O problema desta aproximação foi a capacidade de adaptação adversária. O Exército de Libertação Popular (ELP) chinês deixou de atuar através da massa e passou a dispersar-se, movimentar-se de noite e concentrar-se apenas imediatamente antes dos ataques. Ao atuar desta forma adaptativa, não oferecendo alvos remuneradores, o ELP contrariava a intenção do seu adversário de o destruir através dos fogos indiretos.

Na Guerra do Vietname, o General DePuy descreve a forma americana de conduzir a guerra terrestre afirmando que, se quisermos analisar o que se passou no Vietname, diríamos que a Infantaria encontrava o adversário para a Artilharia e Aviação o destruírem (Krepinevich *cit* Degen, 2009, p. 17). DePuy acreditava que o balanceamento entre os fogos e a manobra tinha-se deslocado para o ponto em que a Infantaria tinha sido substituída no papel central do Exército pelo apoio de fogos (Herbert *cit* Scales, 2003, p. 52). O próprio General Bruce Palmer, 2º Comandante do General Westmoreland no Vietname, afirmou que o Exército tinha como dogma cultural a aplicação de tecnologia como substituto de homens no terreno (Lewis, 2007, p. 263), no entanto, tal como o ELP na Coreia, os Vietcongues e o Exército do Vietname do Norte souberam adaptar-se a esta supremacia de poder de fogo, usando a dispersão e terrenos complexos como a selva e as áreas urbanas (Lewis, 2007, p. 253).

Ao substituir a manobra por fogos as consequências também passaram pela população. Sem segurança era impossível ganhar o apoio da população. Sem o apoio da população era impossível ganhar a guerra subversiva contra os Vietcongues (Lewis, 2007, p. 239). Claro que para a segurança da população era imperioso ter forças no terreno com esta prioridade. Para além da opção pelos fogos, só por si potencialmente alienadora da população, também a escassez de forças de manobra, ao ter um impacto direto na segurança da população, contribuiu para essa mesma alienação. No entanto, havia a percepção da necessidade de ganhar a guerra da população. Os *Marines* norte-americanos são um exemplo. O Tenente-General Victor Krulak, Comandante da Frota de Fuzileiros do Pacífico, concluiu que cada soldado em busca do Exército do Vietname do Norte era um desperdício. Delineou a apelidada Estratégia do enclave, na qual pequenas unidades – pelotões e companhias – trabalhavam par a par com as forças do Vietname do Sul, bem como com a própria população, dentro de cada enclave de forma a garantir segurança permanentemente e, simultaneamente, estabelecer laços de confiança com essa mesma população, a qual eliminaria o apoio aos Vietcongues (Lewis, 2007, p. 256). A importância desta abordagem é dada pelo facto de nenhuma povoação que tenha estado neste programa tenha passado para o controlo comunista (Archercit Lewis, 2007, p. 258).

Na relação entre os objetivos estratégicos a atingir e as ações táticas, a ausência do nível operacional nos níveis da guerra fez com que os EUA mantivessem um dualismo Estratégia-Tática até à reforma das décadas de 1970 e 1980. Esta ligação direta tem o risco da falta de coerência das inúmeras batalhas do nível tático no total da campanha, principalmente por falta da Arte Operacional como instrumento de planeamento. Sem a linha condutora de toda uma campanha até os objetivos estratégicos serem atingidos, cada ação tática corre o risco de ser meramente focada na destruição sistemática do adversário, a abordagem *atricionista*.

A abordagem *atricionista*, privilegiando a aniquilação sistemática do adversário, está patente nas ordens dadas ao Tenente General Van Fleet, quando este assumiu o comando do 8º Exército na Guerra na Coreia – «dirigir todos os esforços das nossas forças para infligir o máximo de baixas e perdas de material nas forças hostis» (Lewis, 2007, p. 141).

Na Guerra do Vietname o tipo de abordagem às operações foi equivalente à da Guerra da Coreia, embora agora a população e a guerra irregular também fizessem parte do cenário. Em vez de tentar separar a população dos movimentos subversivos, tentando eliminar as causas de raiz, ou pelo menos os pré-requisitos para que possam subsistir forças irregulares de cariz subversivo, os norte-americanos optaram pela via *atricionista*.

Em 1969, ao nível do Teatro de Operações, os norte-americanos iniciam uma tentativa de mudança de abordagem às operações, sobretudo devido à ineficiência da abordagem *atricionista*, resultados sofríveis e a custos não compatíveis com os ganhos. Em março desse ano, o General Abrams, substituto de Westmoreland, muda o foco das operações ao nível da campanha, passando a colocar ênfase na segurança da população e na força territorial para a assegurar (Lewis, 2007, p. 287). Mais tarde, Abrams refere que pela primeira vez na

Guerra do Vietname se consegue desafiar as bases tradicionais de poder do adversário – a sua organização política e o controlo da população (Lewis, 2007, p. 287), ou seja uma tentativa de deslocalização da ameaça e disrupção do seu centro de gravidade, numa abordagem *manoverista*.

Após a derrota americana no Vietname, os EUA focaram-se, de novo, no teatro europeu da Guerra Fria. Na reforma encetada, os Generais DePuy e Donn Starry partilhavam a opinião de que os EUA tinham uma obsessão com os fogos e com a contabilidade de baixas, a atrição. Chamavam-lhe a *tactização* da Estratégia (Evans, 2004, p. 57). Esta caracterização evidenciava a falta da Arte Operacional que garantisse a coerência entre as ações táticas, evitando uma excessiva concentração da Estratégia na destruição do adversário, batalha a batalha, com a inerente perda de horizonte temporal de visualização do emprego da força até ao estado final pretendido. A perda de horizonte temporal acarreta o risco de se recorrer a ações de destruição desnecessárias para o sucesso final da campanha.

Entre 1973 e 1976, a doutrina *Active Defense* colocava a ênfase no primeiro embate com as forças soviéticas e incorporava as experiências do Yom Kippur, sendo basicamente uma tentativa de encontrar a melhor aplicação das tecnologias existentes para uma situação de defesa. Críticos, como John Boyd e William Lind, afirmavam que esta doutrina se focava demasiado na tecnologia letal e pouco na manobra, transformando-se numa abordagem *atricionista* (Czege, 2006, p. 5). A esta doutrina faltava também o nível operacional da guerra, que permitisse alargar o foco temporal para além do primeiro embate. Em 1976, DePuy introduz finalmente o nível operacional na doutrina militar terrestre.

Entre 1976 e 1986, o Exército dos EUA iniciou uma transição dos pensamentos enraizados na 2ª Guerra Mundial para chegar à sua doutrina *AirLandBattle*. A transformação incidiu na tentativa de sincronizar os fogos com a manobra e em ver o combate da área da retaguarda, o combate próximo e em profundidade como elementos do combate moderno, inseparáveis, simultâneos e complementares. A noção da divisão espacial do campo de batalha fazia face à doutrina soviética das Operações na Profundidade (Czege, 2006, p. 8) e alargava não só o horizonte espacial como o temporal para o planeamento de emprego das forças terrestres. A doutrina *AirLand Battle* representou, igualmente, uma mudança para a abordagem *manoverista* da condução da guerra.

b. Pós Guerra Fria

Após o fim da Guerra Fria os EUA envolveram-se, logo em 1991, num novo conflito, a Guerra do Golfo. A vitória da coligação liderada pelos EUA convenceu muitos teorizadores que a nova tecnologia tinha revolucionado a guerra. As capacidades de recolha de informação, de precisão das munições guiadas, de supressão das defesas antiaéreas, de *stealth* e de C2 dada pela digitalização, estariam a mudar o carácter da guerra, numa verdadeira Revolução nos Assuntos Militares (Bidle, 2007, p. 104). Em termos do balanceamento entre fogos e manobra, a Guerra do Golfo seria a vitória inequívoca da opção pela primazia dos fogos,

principalmente os proporcionados pela componente aérea. No entanto, este ponto de vista é redutor em relação aos efeitos da doutrina e da resposta iraquiana.

Edmund Degen explica que o recurso massivo aos fogos, por parte da coligação, resultou porque os iraquianos não usaram nenhum método para contrariar a superioridade americana (Degen, 2009, p.18). As defesas iraquianas não possuíam nem a cobertura e ocultação, nem a manobra independente aos baixos escalões, nem a integração em termos de armas combinadas, exigida pelo moderno sistema de aplicação da força (Biddle, 2006, p. 137). Ou seja, os iraquianos não souberam tirar partido dos terrenos complexos e conduzir uma manobra adaptativa que mitigasse a superioridade tecnológica da coligação. Os iraquianos não recorreram, a título de exemplo, à dispersão e ao combate preferencialmente em áreas urbanas como forma de deslocalizar funcionalmente toda a tecnologia norte-americana em relação à obtenção de informação e aos fogos.

A ideia de que o campo de batalha voltava a estar paralisado pela supremacia dos fogos, principalmente os aéreos, na sua relação com a manobra, situação que tinha sido ultrapassada na 1ª Guerra Mundial, é desmentida, também por relatos particulares do Teatro de Operações, como as de um Comandante de Batalhão Iraquiano que, referindo-se ao combate próximo com forças de manobra norte-americanas, afirmou que «após cinco semanas de guerra tinha perdido apenas dois carros de combate para os fogos aéreos, enquanto em menos de seis minutos perdeu toda a sua unidade contra forças terrestres» (Lewis, 2007, p. 362). Os dados gerais do final da guerra também confirmam esta visão. Durante a guerra terrestre, dos 2159 carros de combate destruídos, as forças terrestres destruíram 1708 e o poder aéreo 451. Das 519 viaturas blindadas de transporte de pessoal destruídas, o combate terrestre destruiu 297 e a ação aérea 224. Das 1465 peças de Artilharia destruídas, as forças terrestres têm crédito de 1112 e a Força Aérea de 353 (Lewis, 2007, p. 367).

Para que os fogos paralisassem o campo de batalha era, também, necessário que a capacidade de recolha de informação o tornasse transparente, no entanto a realidade das operações terrestres mostraram que o nevoeiro da batalha era ainda um conceito válido. Ao contrário das operações de moldagem, em que os ataques tinham objetivos relacionados com o terreno, o VII Corpo de Exército, a operação decisiva, tinha que manobrar para estabelecer o contacto com o adversário, fixá-lo e destruí-lo. As informações dadas por meios aéreos – *Airborne Warning and Control Systems*, aviões de reconhecimento U2 e satélites forneceram ao General Franks alguma imagem das movimentações adversárias, no entanto, essa imagem estava incompleta. Estas tecnologias não eliminaram o nevoeiro da guerra. O General Franks continuava a ter sérias dúvidas das intenções adversárias (Lewis, 2007, p. 353). Outro exemplo concreto é dado pelas declarações do Tenente Richard Bohannon sobre as ações da noite de 26 de fevereiro de 1991. Bohannon recorda que numa determinada noite combateu a 29ª Brigada da Divisão Tawakalna, quando a missão original era a destruição da Divisão Medinah da Guarda Republicana. A descoberta de uma força de escalão tão elevado não detetada na sua zona de ação foi uma surpresa (Lewis, 2007, p. 362).

A ideia da supremacia dos fogos continuou até à intervenção da OTAN no Kosovo. A experiência americana neste Teatro de Operações sugeriu que, embora a tecnologia relacionada com a precisão continue a desenvolver-se, o balanço entre fogos e manobra continuará a depender, também, da natureza do adversário e do terreno.

O Exército sérvio, usando a dispersão e a cobertura, poucas baixas sofreu com os intensos bombardeamentos aéreos. Só o aparecimento de forças terrestres, representadas pelo Exército de Libertação do Kosovo, obrigou os sérvios a abandonarem a sua cobertura e a concentrarem-se para combater. Só a partir deste momento a campanha aérea contra alvos táticos começou a ter sucesso moderado (Scales, 2003, p. 71). Esta ideia é também partilhada por S. Biddle (2006, p. 58), quando afirma que em 1999 as forças terrestres sérvias podem não ter sido capazes de implementar na totalidade o sistema moderno de aplicação da força, mas sem uma ameaça terrestre por parte da OTAN, puderam manter o seu equipamento, na maior parte do tempo, a coberto usando o terreno ou colocando-o na proximidade de civis. Como resultado, 78 dias de campanha aérea da OTAN, envolvendo dezenas de milhares de saídas, produziram, no máximo, poucas centenas de alvos terrestres sérvios atingidos.

Em relação à doutrina, no final da Guerra Fria, a *AirLand Battle* mantinha-se no Exército dos EUA, razão pela qual seria expectável que a Guerra do Golfo de 1991 materializasse a abordagem *manoverista* à condução das operações. Numa análise ao nível operacional, a conjugação do ataque frontal no Kuwait com os envoltivos e movimentos torneantes, terrestres e aeromóveis, em território iraquiano foi uma aplicação quase decalcada do modelo da «*club sanduíche*» (Simpkin, 1985, p. 154). Esta manobra, evitando os pontos fortes da defesa iraquiana no Kuwait, aplicou o conceito de deslocalização posicional da abordagem *manoverista*.

Em relação aos níveis da guerra, durante a década de 1990, a divisão em três níveis começou a ser questionada. As munições guiadas de precisão, as capacidades avançadas de *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance* (ISTAR), a tecnologia *stealth* e a digitalização do C2, davam ao comandante estratégico a tentação de conduzir diretamente a batalha tática. Com esta capacidade, podendo provocar a compressão dos três níveis da guerra, corria-se o risco de regressar ao dualismo Estratégia – Tática (Evans, 2004, p. 69). Outro aspeto que emergiu das experiências do Golfo, Somália, Bósnia e Kosovo, foi a revolução da informação, na qual qualquer acontecimento local pode ser visionado ao nível global através da capacidade atual dos *media*. Os defensores do fim do nível operacional argumentavam que cada vez mais existia a possibilidade da decisão estratégica depender diretamente das ações táticas, surgindo termos como o Cabo Estratégico.

O último dos aspetos focados pelos defensores do fim dos três níveis da guerra foi a necessidade de integração de todos os instrumentos do poder do Estado no planeamento de campanhas. Entre eles, R. Leonhard afirmou que o «planeamento de campanhas militares não é mais relevante, pois os fatores militares tornaram-se de tal maneira integrados com os diplomáticos, económicos e culturais, que o nível militar do Teatro de Operações está a tornar-se indistinto da Estratégia Total» (Leonhard, 2003). Esta visão foi refutada por muitos,

que consideram a Arte Operacional e os conceitos associados ao nível operacional aplicáveis ao longo de todo o espectro das operações militares (Evans, 2004, pp. 80-8).

c. Pós 11 de setembro de 2001

Após os ataques de 11 de setembro de 2001 os EUA envolveram-se em duas guerras limitadas, o Afeganistão e o Iraque.

No Afeganistão, o sucesso inicial foi dando lugar a batalhas mais difíceis. Os Talibans e a Al-Qaeda começaram a usar a dispersão, a cobertura e a decepção, para mitigar os efeitos dos fogos. Ao mitigarem os efeitos dos fogos, baseados essencialmente na componente aérea, obrigaram os EUA a centrarem-se no empenhamento de forças terrestres com maior ênfase na manobra (Tuck, 2008, p. 113).

O conflito no Afeganistão revelou, uma vez mais, as limitações dos fogos. Os sensores aeroespaciais, só por si, não são capazes de encontrar todos os alvos a bater, devido, principalmente, ao terreno complexo e à maior parte da ameaça operar entre a população (Jarkowsky, 2002, p. 16). A Operação Anaconda, iniciada em 2002, com o objetivo de eliminar bolsas de resistência dos Taliban e da Al-Qaeda, demonstrou a necessidade de forças terrestres com ênfase na manobra, para encontrar, fixar e destruir. A tarefa de destruir era executada, sempre que possível, pelos fogos em substituição do assalto. No entanto, este tipo de abordagem ao combate próximo foi muitas vezes mitigado pela mistura do adversário com a população. Este fator agravou-se mais ainda no Iraque pós - 2003, devido à troca das montanhas afegãs pelas cidades iraquianas, como terreno preferido de atuação do adversário.

Os conflitos do Afeganistão e Iraque, demonstrando que os fogos e a tecnologia de informação não são a panaceia para a atual conflitualidade (Hammes, 2004, pp. 191-192), vieram dar razão aos que expressavam preocupação com a *Joint Vision 2010* dos EUA, publicada em 1997, que referia que a vitória seria dada pelo domínio da informação e pelas munições guiadas de precisão. Como lição aprendida, o documento publicado pelo Exército dos EUA em 2005, *The Army in Joint Operations*, identifica a necessidade de forças de manobra que consigam, inicialmente, dominar e conquistar o terreno e, subsequentemente, manter um ambiente seguro e estável (Degen, 2009, pp. 24-25).

Em relação ao domínio da informação, ficou evidente que o campo de batalha estava longe de ser transparente. Na Operação Anaconda, menos de metade das posições de combate da Al Qaeda descobertas eram conhecidas das forças norte-americanas antes do contacto por forças terrestres, apesar de um intensivo esforço de reconhecimento usando a mais avançada tecnologia de vigilância. Aliás, a maioria do fogo recebido pelas forças norte-americanas na Operação Anaconda foi oriundo de posições da Al Qaeda inicialmente não detetadas (Biddle, 2006, pp. 56-57). Também no Iraque, o General Franks referiu que durante as operações de combate não estava à espera de encontrar os *Fedayeen* fora de Bagdad. Esta surpresa deveu-se, em sua opinião, ao facto de, apesar dos analistas de informações terem tido acesso

a imagens de reconhecimento de carrinhas de caixa aberta com o espaço de carga coberto por lonas, autocarros civis cheios com passageiros a deslocarem-se para Sul, estes dados não levantaram qualquer preocupação. O número de *Fedayeen* foi, no final, estimado em cerca de 40000 (Lewis, 2007, p. 420).

No Iraque, podemos dividir o impacto da tecnologia e dos fogos entre forças regulares e irregulares. Depois de ter testemunhado as suas forças serem destruídas pela capacidade da coligação em destruir os blindados iraquianos em terreno aberto, era suposto que Sadam visse o óbvio: a única forma de enfrentar as forças ocidentais era forçá-los a operar em terreno complexo. Mas, por razões desconhecidas, Sadam não tirou proveito das áreas urbanas. Mais uma vez, as forças da coligação puderam tirar o máximo proveito da sua superioridade tecnológica. Mas, mesmo ainda durante as operações de combate, foram as forças irregulares *Fedayeen* que, atacando em áreas urbanas, se constituíram na maior ameaça para as forças norte-americanas. No pós-invasão, os grupos irregulares em todo o país continuaram a tirar proveito das áreas urbanas na sua luta contra as forças da coligação (Thornton, 2007, pp. 136-137). Este fator forçou os norte-americanos a executarem operações de grande envergadura neste tipo de terreno, como em Fallujah, com o intuito de o negar aos grupos irregulares. Aqui, o problema foi que, mesmo quando o sucesso militar ao nível tático foi conseguido, como no segundo ataque a Fallujah, as consequências ao nível do Teatro de Operações foram negativas, devido ao uso excessivo do poder de fogo, alienando a população e alargando a base de recrutamento dos irregulares.

O início da campanha no Iraque, em que as forças da coligação foram empenhadas, sobretudo, contra forças regulares iraquianas, parecia confirmar a mudança de postura no balanceamento entre fogos e manobra dos EUA ainda mais para os fogos, opção baseada na tecnologia. Rumsfeld acreditava que a doutrina da *AirLand Battle* representava o pensamento da Guerra Fria. Com a Revolução em Assuntos Militares em curso, ele baseava-se no desenvolvimento da tecnologia e em novas formas de operar, para afirmar que forças terrestres de pequenas dimensões podiam atingir os mesmos objetivos que uma força de dimensão substancialmente maior da década de 90 do século XX (Lewis, 2007, p. 413). O sucesso inicial dos fogos levava, realmente, a considerar que a tecnologia seria agora um substituto da manobra. Esta ideia, apesar de ter sido parcialmente comprovada na fase das operações de combate de grande envergadura no Iraque, mesmo que muito facilitada pela inaptidão iraquiana, mostrou-se fatal na falta de capacidade de uma força tão reduzida em executar a fase de transição. Neste cenário, o crescimento da subversão no Iraque foi alimentado pelo insuficiente número de tropas dos EUA, pela estrutura da força mal delineada, pela tecnologia errada, pela falta de compreensão da cultura local, pela crença em serem recebidos como libertadores, pela desmobilização do Exército iraquiano, pela falha em pôr cobro ao início da violência e pilhagens, pela falha em identificar as reais ameaças internas e externas, pela falha em controlar os depósitos de armamento e desarmar o Exército iraquiano, pelo desvio de recursos escassos para a procura de armas de destruição maciça e pela demora em restaurar os serviços básicos (Lewis, 2007, p. 437).

Para todas estas tarefas seriam necessárias unidades de manobra no terreno. Unidades que não estavam disponíveis em número suficiente.

Com os atuais conflitos, a problemática da validade ou compressão dos níveis da guerra, mantém-se. Acusa-se a Arte Operacional por, no planeamento de campanhas, como no caso do Iraque em 2003, pesar apenas a dimensão militar, dificultando a articulação dos restantes instrumentos do poder do Estado. Por esta razão, os defensores da separação da definição de objetivos e estado final ao nível estratégico, do planeamento e gestão das campanhas, apontam para a necessidade de uma capacidade para a aproximação unificada multi-instrumentos, ao nível estratégico, operacional e tático, como um dado *sine qua non* para o sucesso numa campanha de contrassubversão (Cassidy, 2008, p. 19). Olhando para o fenómeno da subversão, instrumento para quem conduz uma guerra irregular, como uma atividade não meramente militar, facilmente se chega à conclusão que dificilmente se consegue uma solução para esse fenómeno que seja puramente militar.

Em relação ao tipo de abordagem à condução das operações, a ideia de aplicar o Instrumento Militar Terrestre para obter uma vitória rápida, dentro da ótica *manoverista*, pode ser a expressão da forma de como os EUA queriam combater e não da realidade que realmente enfrentam (Scales, 2003, p. 114). Este facto ocorre porque os EUA, historicamente, têm desprezado a sua doutrina focada na manobra e têm combatido as suas guerras baseadas nos fogos e na destruição (Degen, 2009, p. 22). Apesar desta consistência histórica, sobretudo contra adversários que atuem de forma assimétrica, existem sinais de uma tentativa de mudança perante adversários que recorrem a guerras irregulares. Em 2005, quando o Presidente dos EUA tornou pública a Estratégia nacional para a vitória no Iraque, o primeiro objetivo intermédio era explícito quanto à necessidade de isolamento da ameaça em relação à população (Lewis, 2007, p. 446). Esta mudança indica uma abordagem *manoverista*, não colocando o enfoque na destruição direta da ameaça, mas sim na tentativa de lhe retirar a liberdade de ação e base de sustentação. Esta abordagem pode ser enquadrada na preempção das ações da ameaça, já que lhe retira um dos pré-requisitos de atuação, o apoio da população. Poderá, também, ser encarada como deslocalização funcional de um dos pontos fortes da ameaça, a ocultação que o apoio da população lhe garante. Se encaramos o apoio da população como um dos requisitos críticos de qualquer centro de gravidade, ou mesmo o próprio centro de gravidade, estamos perante a disrupção, outro dos instrumentos da abordagem *manoverista*.

Conclusões

A aplicação do Instrumento Militar, embora num paradigma conjunto, tem recorrido ao emprego de forças terrestres para obter os resultados pretendidos. Dado que o ser humano vive em terra, é neste meio que se conseguem atingir a maioria dos objetivos traçados pela Política. Nesta ótica, e dado que apenas é possível controlar território e garantir a segurança da população nele inserida com forças terrestres o papel das forças terrestres tem vindo a ser alargado ao estabelecimento de ambiente seguro e estável, facilitando a intervenção

de instrumentos não militares. Como consequência, recordamos que o estudo do emprego das forças terrestres contribuiu para a compreensão, num primeiro patamar, do emprego do Instrumento Militar como um todo, bem como da Estratégia Total dos Estados.

O ponto de partida para este estudo foi o conhecimento acumulado sobre o emprego de forças terrestres na Escola Continental. Esta Escola de pensamento estratégico, para além da sua importância incontornável na área da Geopolítica, incorpora o conhecimento surgido na Europa sobre o modo de conduzir a guerra no meio terrestre desde as Guerras Napoleónicas, tendo moldado de forma incontornável o conceito moderno do Instrumento Militar Terrestre.

Antes do estudo da evolução do emprego das forças terrestre estabeleceu-se o seu enquadramento teórico, definindo as suas principais características e capacidades. Considerámos que as forças terrestres têm no seu código genético a aptidão para derrotar um adversário no ambiente terrestre, seja num confronto com forças regulares ou perante uma ameaça assimétrica. Para que seja atingida a finalidade de criar e manter um ambiente estável, outra missão das forças terrestres, principalmente através da segurança estabelecida, já que a estabilidade será atingida maioritariamente por instrumentos não militares, será necessária a capacidade de controlar terreno, mesmo que por longos períodos de tempo, e, talvez a tarefa mais difícil, garantir a segurança da população. Todas estas atividades, seja a derrota de um adversário, seja o estabelecimento de um ambiente seguro e estável, são moldadas pela interação do emprego da força e o Ambiente Terrestre. A síntese desta interação é a tendência do Ambiente Terrestre para mitigar o emprego de tecnologia, bem como para incrementar a já inerente entropia das operações militares. Determinante na relação força e ambiente é o facto de o ser humano habitar o Ambiente Terrestre de forma permanente, sendo como tal impossível separar o emprego da força da população.

A análise ao emprego das forças terrestres dos EUA, um dos herdeiros atuais da Escola Continental, permitiu determinar, através da evolução da aplicação das forças terrestres, um padrão de conduta.

No balanceamento entre fogos e manobra, o Instrumento Militar Terrestre dos EUA, em todos os conflitos do período em análise, deu primazia aos fogos, tentando atingir resultados positivos com o menor número de baixas possível. Apesar de esta abordagem limitar as baixas derivadas do combate próximo, dá ao adversário a capacidade de adaptação, permitindo-lhe contrariar os efeitos dos fogos. A pouca eficácia da primazia dos fogos deve-se, essencialmente, à capacidade em mitigar a tecnologia com eles relacionada, quer para forças regulares quer para ameaças assimétricas, bem como ao efeito de alienação sobre a população, quando esta é um ator relevante.

Em relação aos níveis da guerra, os EUA mantiveram um dualismo Estratégia – Tática até ao final da Guerra Fria. Só com a introdução da doutrina *AirLand Battle*, os EUA adotaram oficialmente o nível operacional. Com a introdução de tecnologia como as munições guiadas de precisão, as capacidades avançadas de *ISTAR*, a tecnologia *stealth* e a digitalização do C2, iniciou-se o debate da compressão dos três níveis da guerra. Outros argumentos dos

defensores do fim do nível operacional têm sido a revolução da informação e a necessidade de integração dos instrumentos não militares do poder do Estado. No entanto, os EUA mantêm, na sua doutrina e aplicação prática, os três níveis da guerra, procurando, também, uma integração do Instrumento Militar com os restantes instrumentos nos três níveis da guerra, principalmente quando a população é um ator determinante no Teatro de Operações.

Nas guerras limitadas em que os EUA empregaram o seu Instrumento Militar Terrestre praticaram uma abordagem *atricionista* às operações. Seja pelo método da destruição sistemática de forças regulares, seja pela alienação da população, falta de forças de manobra para lhe garantir a segurança ou foco na destruição da ameaça quando em cenários onde a ameaça é assimétrica. Com a *AirLand Battle* foi introduzida uma abordagem *manoverista* à condução das operações. No entanto, com exceções, como a condução da Guerra do Golfo em 1991, ao nível operacional, os EUA têm desprezado a sua doutrina, conduzindo as suas campanhas baseados na destruição sistemática do adversário. Esta tendência, revelando uma capacidade de aprendizagem, tem-se invertido, mostrando os EUA vontade de aplicar a abordagem *manoverista* contra adversários que conduzam um guerra irregular, caso do Afeganistão.

A conjugação deste padrão com as tendências de evolução do Ambiente Operacional, permitem estabelecer uma prospetiva genérica para as forças terrestres, pelo menos aquelas que se consideram estar em contextos relacionados com os EUA, caso da Aliança Atlântica. A preponderância dos conflitos internos, com tendência de ingerência de atores externos, indica futuras intervenções do Instrumento Militar Terrestre nos patamares da crise e da guerra limitada. Neste espectro, nas campanhas rápidas contra forças regulares, as potências militares tenderão a usar a sua tecnologia para tentar obter resultados decisivos através dos fogos. Sempre que os seus adversários se adaptem ao ambiente dominado pelos fogos, usando a dispersão, os terrenos complexos e o combate entre a população, a manobra tenderá a equilibrar o seu balanceamento com os fogos. Quando as intervenções militares decorrerem face a uma ameaça assimétrica, ou pelo menos na sua presença, as forças terrestres terão de atribuir a primazia à manobra com o intuito de estabelecer um ambiente seguro e estável, impedidos, por razões de eficácia, de fazer a permuta de forças no terreno por tecnologia. Noutra perspetiva, a tendência de urbanização no Ambiente Operacional, inerente presença de população e dos *media*, também implicam uma preponderância da manobra. O foco na manobra implica que, tendo em vista o estabelecimento de um ambiente seguro e estável, para além de forças de combate sejam também relevantes as capacidades específicas como os assuntos civis.

A importância da manobra não implica, contudo, uma diminuição de relevância dos fogos e tecnologia associada. Os fogos continuarão essenciais, principalmente frente a forças regulares, numa tentativa de obter a sua rápida capitulação. Ou seja, o Instrumento Militar Terrestre, no balanceamento entre fogos e manobra, necessita de manter a sua versatilidade, até porque esta é a garantia de utilidade num futuro de conflitualidade sem caráter singular.

Na doutrina, a problemática da possível supressão do nível operacional, é possível que continue em discussão. No entanto, a exclusão do nível de planejamento e condução de campanhas impede a orquestração do conjunto de batalhas e empenhamentos, podendo acarretar um regresso a uma abordagem *atricionista* da condução das operações, mesmo num confronto entre forças regulares. Contudo, será necessário, para que o modelo dos três níveis se mantenha válido ao longo de todo o espectro das operações militares, uma maior conjugação dos instrumentos militares e civis, sobretudo através de um maior envolvimento do nível estratégico no planejamento e condução das campanhas. Este envolvimento terá de ocorrer ao nível da Estratégia Total e da Estratégia Militar. Resumido, no que diz respeito à integração dos instrumentos do poder do Estado, serão necessários, pelo menos, dois patamares de aplicação, o estratégico, com uma ligação estreita com a Política, e onde possivelmente se comece a diluir a Estratégia Militar com a Total, e o operacional, onde se torna necessário um maior envolvimento da Estratégia, quer no planejamento de campanhas quer na sua conduta.

Ainda na doutrina, em relação à abordagem à conduta das operações, a opção *manoverista* tende a ser a escolha natural do Instrumento Militar Terrestre. A evolução para forças mais pequenas tenderá a forçar uma abordagem menos desgastante e mais eficiente que a *atricionista*. Em simultâneo, características do Ambiente Operacional como a presença dos *media* e a mundialização dos acontecimentos poderá impossibilitar ao nível estratégico, pelo menos para as democracias, que aos níveis operacional e tático se opte pela destruição sistemática da abordagem *atricionista*. Se esta conclusão é passível de ser pouco discutível em relação a conflitos entre forças regulares, face a ameaças assimétricas será necessário abandonar o foco na destruição sistemática da ameaça e mudá-lo para a segurança da população.

Embora esta prospetiva aponte um rumo de transformação, pensamos ser ainda útil sintetizar alguns pontos relativos ao emprego da componente terrestre do Instrumento Militar.

O primeiro destes pontos é a tecnologia. Não que esta seja um problema em si, antes pelo contrário, mas pela perceção que tende a criar da possibilidade de resolução rápida e pouco onerosa, em termos de vidas humanas, de qualquer situação em que o instrumento militar seja empregue. Esta situação, para além de um potencial excesso de intervencionismo, leva a uma estimativa errada das situações em que a força será empregue. Mal definida a situação, é provável que a aplicação do Instrumento Militar seja dissonante em relação ao estado final pretendido pela Política. Para que se ultrapasse esta dissonância é necessário o entendimento da imutabilidade da natureza da guerra, pelo menos até ao presente, continuando a aplicação da força a ser uma dialética de vontades e o campo de batalha a estar longe da sua proclamada transparência.

Outro ponto crucial é a definição do que se pretende do Instrumento Militar e por consequência da sua componente terrestre. Como a possibilidade de uma guerra convencional continua a ser possível, independentemente do seu grau de probabilidade, a capacidade de derrotar um adversário em termos militares, neste cenário, permanece um requisito para o

Instrumento Militar Terrestre. No entanto, quer seja após a derrota militar quer seja noutra cenário para além do convencional, é necessário conseguir atingir e manter um ambiente seguro e estável, incluindo na presença de adversários que atuem de forma assimétrica. Só com esta capacidade se permite, numa primeira fase, e potencia, nas fases posteriores, a intervenção dos restantes instrumentos do poder do Estado, aqueles que realmente podem conseguir uma paz sustentada e duradoura.

Neste segundo cenário, estabelecer um ambiente seguro e estável, o Instrumento Militar Terrestre não poderá assentar apenas, ou maioritariamente, numa vantagem tecnológica, mas, sobretudo, numa presença efetiva no terreno, potenciando a interação com a população.

Por fim, reafirma-se que o emprego do Instrumento Militar Terrestre continuará a ser o somatório de surpresas e de elementos de continuidade. Dentro da continuidade, talvez o mais relevante para a paz seja que o paradigma do uso da força tem de ser o do sucesso, um ambiente seguro e estável, por oposição ao paradigma da vitória.

Referências Bibliográficas

- Biddle, S., 2006. *Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. New Jersey: Princeton University Press.
- Cassidy, R., 2008. *Counterinsurgency and the Global War on Terror*. Stanford: Stanford University Press.
- Czege, H. W., 2006. Lessons from the Past: Making the Army's doctrine "Right Enough" Today. *Land power Essays*, [Em linha] setembro. Disponível em: http://www3.ansa.org/pdfsdocs/lpe06_2.pdf, [Consult. 12 Ago. 2010].
- Degen, E. J., 2009. Dominant Land Forces for 21st Century. *The Land Warfare Papers*, [Em linha] N° 73. Disponível em: http://www.ansa.org/publications/ilw/ilw_pubs/LWP/Documents/LWP%2073_Dominant%20Land%20Forcesv2.pdf, [Consult07 Ago. 2010].
- Evans, M., 2004. The Continental School of Strategy: The Past, Present and Future of Land Power. *Study Papers*, [Em linha] N° 305. Disponível em: <http://www.defence.gov.au/army/lwsc/SP305.asp>, [Consult18 Ago 2010].
- Exército, 2012, *PDE 3-00 Operações*, Lisboa.
- Gray, C. S., 2008. The 21st Century Security Environment and the Future of War. *Parameters*, [Em linha] Winter 2008-09. Disponível em: <http://www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/08winter/gray.pdf>, [Consult 21 Ago2010].
- Hammes, T. X., 2004, *The Sling and the Stone: On War in the 21st Century*. St. Paul: Zenith Press.
- Jarkowsky, J., 2002. *Boots on the Ground: Will U.S. Landpower be decisive in Future Conflicts?*. [Em linha] Carlisle: United States Army War College. Disponível em: <http://smallwarsjournal.com/documents/jarkowsky.pdf>, [Consult 14 Jul 2010].
- Joint Chiefs of Staff, JCS, 2008. *JP 3-0 – Joint Publication 3-0: Joint Operations*. Washington.

- Joint Chiefs of Staff, JCS, 2009. *JP 1-02 – Joint Publication - 02: Department Of Defense Dictionary Of Military And Associated Terms*. Washington.
- Leonhard, R. R., 1991. *The Art of Maneuver: Maneuver – Warfare Theory and AirLand Battle*. New York: Ballantine Books.
- Leonhard, R., 2003. SunTzu’s Bad Advice: Urban Warfare in the Information Age. *Army Magazine* [Em linha] Vol. 53, no. 4. Disponível em: <http://www3.ousa.org/webpub/DeptArmyMagazine.nsf/byid/CCRN-6CCS88>, [Consult 14 Ago 2010].
- Lewis, A. R., 2007, *The American Culture of War: A History of US Military Force from World War II to Operation Enduring Freedom*. New York: Routledge.
- OTAN, 2013. AAP-6: *NATO Glossary of Terms and Definitions*. Brussels: NATO Standardization Agency.
- Scales Jr., R. H., 2003. *Yellow Smoke*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Simpkin, R. E., 1985. *Race to the Swift: Thoughts on Twenty-First Century Warfare*. London [etc.]: Brassey’s Defence Publishers.
- Thornton, R., 2007. *Asymmetric Warfare*. Cambridge [etc.]: Polity Press.
- Tuck, C., 2008. Land Warfare. In *Understanding Modern Warfare*. New York: Cambridge University Press, 66-121.